

## POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM GRUPOS OPERATIVOS NO CRAS –A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

Demerval Fideles Barboza Amorim<sup>1</sup>

Fernanda Bicalho Pereira<sup>2</sup>

fernandabicalhopereira@gmail.com

**RESUMO:** Este é o resultado de um estudo realizado durante o estágio supervisionado I – Curso de bacharelado em Psicologia. No Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Município de pequeno porte na Zona da Mata Mineira. O objetivo principal foi o de ampliar a visibilidade do CRAS como instituição articuladora dos equipamentos que compõem a Rede de Proteção Social, ampliando e potencializando ações ali já existentes. Além de verificar a efetividade do trabalho com oficinas de intervenção psicossocial nesse espaço como instrumento de trabalho na atuação do Psicólogo Social. Tendo por justificativa e relevância a tentativa de contribuir com o debate acerca da garantia da proteção social de grupos em risco. O caminho metodológico pautou-se por uma pesquisa qualitativa, exploratória contextual, com bases bibliográficas consistentes sobre a temática e observações no campo de estágio. Conclui-se que o trabalho de um psicólogo no CRAS também é um trabalho educativo que demanda conhecimentos e percepções adquiridos durante a sua formação e que devem ser articulados aos planos de trabalho psicossocial. Assim, o psicólogo social na prática pode e deve se valer de diversas estratégias de trabalho, priorizando o atendimento em grupos e reconhecendo e valorizando a individualidade de cada sujeito ali inserido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Proteção social; intervenções; grupos.

### 1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal - CF/88 (BRASIL, 1988) representa uma importante conquista para todos os cidadãos no contexto sócio histórico brasileiro, Especialmente no que diz respeito ao sistema de proteção social, que visa a garantia dos direitos humanos e sociais, cabendo ao Estado a responsabilidade de elaborar e ofertar políticas públicas que atendam a demanda dos indivíduos em sociedade.

As políticas de assistência social vêm se consolidando como direito social e política pública, porém há um longo caminho a ser percorrido. Sendo necessário

---

<sup>1</sup>Graduando no Curso de Bacharelado em Psicologia – 5º Período – UNIVERTIX – Faculdade Vértice.

<sup>2</sup>Psicóloga (UFMG), Psicóloga - UFMG, Mestre em Saúde e Enfermagem pela UFMG. Professora do Curso de Psicologia Faculdade Vértice – UNIVERTIX – Matipó.

unificar esse sistema com as demais políticas de acolhimento, proteção, justiça e promoção dos direitos cidadãos. Portanto, entende-se que as políticas públicas de assistência social visam ao apoio sócio familiar em circunstâncias vulnerabilidade são indispensáveis, apontando o foco das ações na potencialização e fortalecimento de vínculos.

Nesse contexto o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) executa os serviços da Proteção Social Básica fomentando o trabalho em grupo e o protagonismo social com vistas à superação das vulnerabilidades sociais. As ações de intervenção dos serviços sócio assistenciais da PSB, constituem uma forma de democratização do saber e de engajamento sócio-político.

Verifica-se na atualidade que as relações estabelecidas entre Psicologia e políticas públicas vem sendo objeto de pesquisas e debates consistentes por estudiosos da área, o que denota a tentativa de consolidação do compromisso social da Psicologia e da inserção desse profissional no âmbito das ações públicas em proteção social.

A questão que se impõe é: como o CRAS sendo uma Unidade da Proteção Social Básica pode viabilizar ações de efetivação das Políticas Públicas em Assistência Social através de Oficinas de Intervenção e Grupos operativos?

Esse estudo é resultado de pesquisa realizada durante o estágio supervisionado I – Curso de bacharelado em Psicologia. Tendo sido conduzida no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS , localizado em um Município de pequeno porte na Zona da Mata Mineira, observando as ações desenvolvidas no período de agosto a novembro de 2018

O objetivo principal foi o de ampliar a visibilidade do CRAS como instituição articuladora dos equipamentos que compõem a Rede de Proteção Social, ampliando e potencializando ações ali já existentes. Além de verificar a efetividade do trabalho com oficinas de intervenção psicossocial nesse espaço como instrumento de trabalho na atuação do Psicólogo Social.

A relevância da pesquisa encontra-se na tentativa de contribuir com o debate acerca da garantia à convivência comunitária a partir do fortalecimento de vínculos, trazendo à luz a responsabilidade pública do Estado diante das demandas da população em situação de vulnerabilidade e risco social. Ampliando também o diálogo multidisciplinar entre os vários profissionais que atuam nesse espaço.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Promulgada em 2004, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, a Política Nacional de Assistência social - PNAS foi proposta como uma política que integra o sistema de proteção social Brasileiro, junto a outras políticas públicas, voltadas para a promoção dos direitos de cidadania e baseadas na primazia da responsabilidade do Estado. Conforme publicação do Ministério do Desenvolvimento social a PNAS se volta para a garantia de seguranças básicas, que equivalem a direitos sócio assistenciais (Brasil, 2004).

As intervenções do Sistema Único de Assistência Social- SUAS são propostas a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si, sejam elas: a Proteção Social Básica, que dá contada atenção básica, e a Proteção Social Especial, considerando a necessidade de ações de média e alta complexidades.

A proteção social básica tem como objetivos: prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social – discriminações setárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras (PNAS, 2004, p.27).

Na concepção de Sposati (2006), o SUAS se configura em uma forma de gestão da assistência social e política pública, representando uma forma de proteção social não contributiva, como responsabilidade de Estado a ser exercida pelos três entes federativos que compõem o poder público brasileiro. O SUAS provoca, assim, uma ruptura com a concepção da assistência social identificada com a benevolência aos pobres e destituídos de cidadania.

As propostas do SUAS, direcionam-se à incorporação dos enfoques interdisciplinar e intersetorial para a atuação profissional, compreendendo-se que o enfrentamento às vulnerabilidades e riscos sociais é complexo e exige a integração de variadas contribuições teóricas e técnicas e das diferentes políticas públicas. Ressalta-se ainda que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família - PAIF objetiva promover a autonomia dos usuários, fortalecer vínculos familiares e comunitários bem como enfrentar processos que geram vulnerabilidade e risco sociais. Para viabilizar tais objetivos, desenvolve ações articuladas: acolhida a

indivíduos/famílias; atividades grupais (oficinas); ações comunitárias; encaminhamentos à rede sócio assistencial e às demais políticas públicas. A articulação dessas atividades é crucial para a garantia dos acessos (BRASIL, 2012).

Vale destacar conforme o MDS (2012) que o equipamento da PSB é o CRAS, implantado em territórios com alta vulnerabilidade social, onde são desenvolvidos o PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiências e Idosas.

O PAIF objetiva fortalecer a função protetiva da família, promovendo o acesso e usufruto de direitos humanos e sociais e da melhoria da qualidade de vida das famílias; prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social e, ainda, promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades. (BRASIL, 2009, p. 4-5)

Para Pichon Rivière (1998) a Psicologia Social é um campo de conhecimento interdisciplinar que investiga o vínculo social em seus aspectos intersubjetivo e social, os sentidos produzidos na interação social, suas formas instituídas e instituintes, direções e estratégias de mudança.

Machado (2004) entende que o principal objetivo da Intervenção Psicossocial seja a autonomia dos grupos envolvidos no processo de transformação social. Revelando que toda mudança é um processo que nasce não apenas da necessidade de resolver este ou aquele problema, mas que está associado ao desejo de autonomia dos grupos sociais. Portanto, não se trata de se definir qual é a mudança certa para um dado grupo social, mas de construir com ele as possibilidades de transformação que, em seu contexto, desenvolvem a sua autonomia.

Conforme Brigagão, Nascimento e Spink (2011).as políticas públicas configuram novos espaços de atuação para a Psicologia, mas não predizem exatamente como os profissionais irão ocupá-los. Dessa forma o psicólogo é um participante ativo neste campo em construção. E, a partir da interpretação das políticas públicas e das necessidades emergentes no contexto específico em que atua, vai criando seus modos de atuação e, assim, reinventando sua prática. Suas ações devem, então, ser concebidas não apenas no plano técnico, mas sobretudo no ético-político, pois implicam escolhas que operam efeitos na (re)produção de práticas discursivas e dos modos de subjetivação.

Conforme normatizações do Conselho Federal de Psicologia – CFP (2007) os psicólogos no CRAS devem promover e fortalecer vínculos sócio afetivos, de forma que as atividades de atendimento gerem progressivamente independência dos benefícios oferecidos e promovam a autonomia na perspectiva da cidadania. Atuar numa perspectiva emancipatória, em um país marcado por desigualdades sociais, e construir uma rede de proteção social é um grande desafio. Tendo o compromisso de oferecer serviços de qualidade, diminuir sofrimentos, evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade, defender o processo democrático e favorecer a emancipação social.

Para Melman (2002) é importante compreender a demanda dos usuários, em seus aspectos históricos, sociais, pessoais e contextuais, para se realizar uma intervenção psicológica mais efetiva e resolutiva, com base na demanda planejada (construída pelo diálogo entre o saber do técnico e da população referenciada), e não só na demanda espontânea. Respeito mútuo, respeito a si próprio e reconhecimento do outro são importantes para a construção de relações de confiança entre profissionais e população atendida e para se possibilitar uma postura autônoma, contribuindo para a ressignificação do lugar do indivíduo, e seu empoderamento enquanto sujeito cidadão de direitos.

Quando os profissionais têm disponibilidade para revisitar e aprimorar suas ações, com base no conhecimento compartilhado com diferentes profissionais e usuários, realizam troca de saberes e constroem práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis. A prática interdisciplinar é uma prática política, um diálogo entre pontos de vista para se construir leituras, compreensões e atuações consideradas adequadas, e visa à abordagem de questões relativas ao cotidiano, pautadas sobre a realidade dos indivíduos em seu território. Para o enfrentamento dessas situações, é relevante também a identificação e consideração das expectativas, necessidades e potencialidades dos usuários e a análise da adequação das ações propostas ao campo da Assistência Social. Na relação com as famílias é importante também estar atento ao processo de culpabilização da família. A extrema valorização da família e a idealização do núcleo familiar contribuíram para se pensar que “[...] se tudo se remete à família, tudo é culpa da família” (MELMAN, 2002, p. 38).

Para Machado et al. (2001) o processo de intervenção psicossocial implica na produção de um saber conjunto entre analistas e sujeitos sociais, adotando uma postura de pesquisa-ação, de cunho participativo. A equipe deve ajudar a elaborar a crise, incluindo os elementos da situação-problema que têm um efeito paralisante e alienante; trabalhar a construção de consensos (ainda que provisórios) e decisões conjuntas; problematizar os elementos contidos na situação, as possibilidades que

podem orientar e sustentar a mudança, com suas continuidades e rupturas com os modos de vida existentes; construir pactos de ação, pois a escolha dos objetivos e estratégias de mudança incide sobre a realidade e não apenas sobre o discurso.

As práticas de intervenção psicossocial de cunho democrático e participativo envolvem produção de conhecimento(o grupo-sujeito produz conhecimento sobre si mesmo e sobre o seu contexto com a cooperação do sujeito-analista); e produção de ação sobre o mundo(os sujeitos fazem escolhas, individuais e coletivas, sobre seu agir no contexto histórico-social). O que está em jogo na intervenção psicossocial inclui a reflexão, mas vai além. Implica justamente na relação entre a mudança social e as escolhas feitas pelos sujeitos, em processos grupais e coletivos. Assim, interliga reflexão e ação (LÉVY in MACHADO et al., 2001, p. 86).

Segundo as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2006) as ações dos profissionais que atuam no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos.

Assim as atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. Intervir em situações de vulnerabilidades, dentro da Assistência Social, implica diretamente em promover e favorecer o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e comunidades (BRASIL, 2006, p. 13).

De acordo com as nas orientações técnicas do PAIF (Brasil, 2012), a pesquisa-ação é uma das duas metodologias recomendadas, na viabilização da ações em grupos no CRAS. Junto à pedagogia problematizadora de Paulo Freire. A pesquisa-ação surge nos anos 1940, com Kurt Lewin, e amplia a sua proposta até os dias atuais, abrangendo concepções com diferentes vinculações teórico-metodológicas.

PichonRivière (2005) define o grupo como um conjunto de pessoas, ligadas no tempo e no espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõem explícita ou implicitamente a uma tarefa, interagindo para isto em uma rede de papéis, com o estabelecimento de vínculos entre si. O sujeito social se constitui na relação com o outro. A organização de todo grupo é, a um só tempo,

objetiva e subjetiva, racional e afetiva, englobando objetivos racionais, explícitos, bem como ansiedade, medo e prazer.

O grupo tem uma tarefa externa e uma tarefa interna. A tarefa externa é aquela delimitada pelos seus objetivos conscientes, explícitos, e que lhe dá identidade no contexto social. Já a tarefa interna inclui todas as formas de elaboração das relações no e do grupo para que este consiga realizar a sua tarefa externa, isto é, o seu trabalho. Para desenvolver o seu processo, o grupo precisa construir um Esquema Conceitual Referencial Operativo (ECRO) que, já naquele momento, é pensado como um trabalho de produção de sentidos e não como desvelamento de verdades positivas e absolutas. Pois o que se aprende no grupo operativo é que o ECRO muda, principalmente pelas vicissitudes do processo grupal e suas implicações (ademais políticas) no contexto (PICHON RIVIÈRE, 2005, 94).

Machado et al., 2001 citando Lévy entende que o grupo operativo se coloca como base extremamente relevante para várias outras construções sobre o processo grupal. Conforme a abordagem de Pichon-Rivière (2005) mais do que ser compatível, o grupo operativo aprofunda as possibilidades de intervenção dentro de uma perspectiva de intervenção psicossocial. Uma leitura atenta aos princípios e processos da pesquisa-ação e do grupo operativo mostra a sua sintonia com a intervenção psicossocial, por exemplo, no que diz respeito à participação dos sujeitos, à produção dialética do conhecimento no processo de mudança, à articulação grupo-contexto e a preocupação com a transformação social.

Para Afonso, Vieira-Silva e Ábade (2009) as Oficinas de intervenção Psicossocial se apresentam como uma metodologia que tem sido utilizada no contexto de intervenção em políticas públicas, como na saúde e assistência social. O termo oficina expressa o seu caráter operativo, onde é desenvolvido um trabalho com as demandas, as identidades sociais as relações e processos do grupo. Pode ser definida como:

Um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, dentro ou fora de um contexto institucional. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolvem os sujeitos de maneira integral, suas formas de pensar, sentir e agir. (AFONSO, 2000, p.34)

Para Afonso (2006) o trabalho nas Oficinas de Intervenção se configuram como uma proposta metodológica que deve ser pensada como uma estratégia que busca congrega elementos para potencializar o grupo e não como um roteiro rígido

para sua condução. A explicitação dos elementos torna-se aqui um mecanismo didático. Cabe à coordenação, junto ao grupo, decidir como se apropriar desses elementos, criando a sua própria dinâmica e processo.

Segundo Kastrup (2012), o uso de oficinas no trabalho com grupos não é algo novo na Psicologia. Na história da saúde mental as oficinas se diferenciam a partir das terapias ocupacionais nas instituições psiquiátricas, trazendo como proposta a inserção de atividades que são mais do que uma simples ocupação ou passatempo às pessoas. Sua finalidade é primordialmente terapêutica, criando um espaço diferenciado de convivência, aprendizagem e desenvolvimento interpessoal.

Oficinas de artes, de inclusão digital, de fotografia, dentre tantas outras possíveis, podem ser compreendidas como tecnologia social, uma técnica relacional mediada por atividades que atuam na produção de subjetividade e assim se constituem como “espaços de aprendizagem que são, ao mesmo tempo, dispositivos de pesquisa e intervenção, e que atuam tanto no nível dos participantes quanto no nível institucional” (KASTRUP, 2012, p. 173).

Zanella (2008) verifica que as Oficinas podem ser, portanto, ao mesmo tempo dispositivo de intervenção e pesquisa, sendo esta compreendida como prática social que envolve relações entre pessoas na busca por reconhecer e/ou formular soluções a uma situação específica. Sendo uma ação ao mesmo tempo ética, estética e política, porque permeada por valores, sensibilidade criativa e escolhas pessoais, cujos efeitos vão além do próprio agente. O que corrobora com as perspectivas de Maraschin (2004) quando afirma que “Todo pesquisar é uma intervenção, criação de sujeitos, objetos, conhecimentos, territórios de vida” (p. 105).

### **3. METODOLOGIA**

Esse é um estudo de abordagem qualitativa, pois permite conforme Minayo (2013) a aproximação entre sujeito e objeto, tendo como principal objetivo interpretar o fenômeno que se observa a partir de hipóteses construídas após a observação. Fundamentado em bases bibliográficas consistentes quanto à temática abordada.

A pesquisa qualitativa tem por objetivo conhecer a realidade dos sujeitos da pesquisa, pois, “ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um meio social” (MINAYO, 2013, p. 80).

Como procedimentos metodológicos, optou-se pela realização de pesquisa exploratória, e contextual, pois, além de dar ponto de partida para aprofundar discussões futuras, segundo Rodrigues (2011, p. 12), ela “serve para o pesquisador aumentar seu conhecimento acerca do fenômeno que deseja investigar, esclarecer conceitos e estabelecer prioridades para pesquisas sobre um determinado tema a ser concebido com uma maior compreensão e precisão”.

O estudo se deu como trabalho de conclusão de curso na disciplina estágio supervisionado I, do Curso bacharelado em Psicologia pela Univertix – Matipó/MG. Entre os meses de agosto a novembro de 2018.

#### **4. RESULTADO E DISCUSSÕES**

Neste estudo apresentou-se a perspectiva sobre as possíveis contribuições das Oficinas de Intervenção Psicossocial e o trabalho social com usuários em território de vulnerabilidade no CRAS, mais especificamente no PAIF.

Tais considerações são descritas pelos diversos pressupostos apresentadas no corpo desse texto como referência para a proposição e condução das oficinas no PAIF, visando apresentar subsídios consistentes para o monitoramento e avaliação dessa intervenção no serviço, e também articulação com outras ações e setores. Tendo em vista que é necessário estar sempre atento ao trabalho com grupos, avaliando se o mesmo respondeu ao planejamento delineado para o território em contexto, respondendo aos objetivos da PNAS.

Entende-se ainda ser de suma importância o monitoramento e avaliação dos aspectos dinâmicos e transversais do grupo. Entendendo serem estes, os instrumentos que interligam o processo do grupo aos objetivos da política pública, no caso a PNAS e mais especificamente o PAIF.

No que tange à atuação do Psicólogo no CRAS, em acordo às diversas diretrizes apresentadas no manual organizado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas CREPOP (2007), especialmente as que dizem respeito às atividades do psicólogo, dentro de um CRAS, buscam articular os trabalhos do profissional com as demandas de atenção e de prevenção às situações de risco. Tal documento aponta ser papel do psicólogo desenvolver atividades que contribuam para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, por meio de

ações que privilegiem a potencialidade dos usuários no CRAS. Promovendo efetivamente a proteção social a qual se destina esse serviço.

Esse pressuposto leva à inferência de que todas as ações de um psicólogo nos diversos contextos psicossociais devem estar voltadas para o coletivo. O que não exclui a subjetivação do indivíduo em sua singularidade, porém respeitando a pertinência desse indivíduo em um arranjo familiar e inserido em determinada comunidade, atravessada por um viés sócio histórico. Destacando, portanto, que o trabalho em grupo, contribui para o fortalecimento dos vínculos entre seus integrantes.

Conforme as observações durante o percurso do Estágio básico I, no campo de desse estudo, evidencia-se o trabalho com grupos como princípio estruturante das ações. Considerando a perspectiva de grupo de Pichon-Rivière (2005) que chamou de “operativo”, ou seja, um grupo que não é apenas uma concentração de indivíduos, mas uma reunião de pessoas que caminham juntas, numa mesma constante de tempo e espaço, em prol de uma tarefa que pode ser tanto explícita como implícita.

O ser humano é um ser de necessidades que só se satisfazem socialmente em relações que o determinam. É no cotidiano das relações com os seus pares que o indivíduo vai se produzindo e reconhecendo suas potencialidades a partir das experiências que compartilha (PICHON-RIVIÈRE, 2005, p. 238).

Diante do exposto, é possível afirmar as oficinas se apresentam não somente como novas possibilidades das práticas do psicólogo no campo das políticas públicas, mas ainda como a tessitura de novos caminhos e olhares existenciais aos atores ali inseridos.

Tal prerrogativa encontra respaldo em Kastrup (2012) quando considera que se uma das tarefas do psicólogo que atua nesse campo é promover o protagonismo social e autonomia das pessoas, dos grupos, das comunidades. Irremediavelmente essa tarefa implicará no exercício fundamental do direito à liberdade e na não imposição de modelos de ser, de sentir, de pensar, de se expressar. Portanto é através das atividades de (auto)produção e da convivência ético-afetiva, que as oficinas engendram a (re)experiência de si a partir do coletivo.

Considera-se uma característica importante das oficinas vivenciadas durante esse trajeto é que as mesmas se encontram inseridas tanto na prática de

intervenção psicossocial como no contexto tanto pedagógico quanto de política social e comunitária. O que encontra apoio nas ideias de Afonso (2000) quando revela que a oficina difere de uma terapia, devido aquela limitar-se a um foco e não busca realizar uma análise psíquica profunda dos envolvidos, embora provoque um processo de elaboração de experiências afetivas e de vivências nos seus participantes.

Um resultado significativo verificado no trabalho com grupos foi a conquista de uma maior autonomia, o que fortalece também a autoestima e a cooperação entre os pares. Desde o início das atividades, os usuários foram levados a desenvolver suas capacidades. Instigados ao protagonismo durante todos os trabalhos desenvolvidos.

Sobre a atuação do Psicólogo na intervenção psicossocial, conforme o Guia de orientação técnica do CRAS/SUAS –e ainda segundo a Lei n. 12.435 de 6 de julho de 2011, entre as responsabilidades dos profissionais técnicos do CRAS encontra-se a tarefa de desenvolver atividades e/ou projetos que visam a articular o trabalho em equipe, bem como de desenvolver a participação, a reflexão, a convivência comunitária, o fortalecimento dos laços de pertencimento e o protagonismo. Sugere-se também a realização de um trabalho socioeducativo com as famílias ou os seus representantes. Nesse grupo, deve-se buscar oferecer um espaço para trocas, para a elaboração das dificuldades e de reconhecimento das potencialidades. Deseja-se ainda facilitar a comunicação e a expressão da afetividade, contribuindo com o desenho do projeto de vida de cada participante (MDS, 2012, p. 75) .

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das vivências no trajeto do estágio supervisionado foi possível dialogar sobre as possíveis perspectivas de atuação do psicólogo social na instituição CRAS, entendendo que não há uma receita pronta ou mesmo um manual de “como fazer”. Esse é um trabalho que deve ser construído e constituído através da prática cotidiana embasado nas demandas que se apresentam no enfrentamento da proteção social aos usuários em vulnerabilidade.

Entende-se também que a Psicologia Social se articula com as políticas públicas de assistência social, nos aspectos socioeducativos, acolhendo, orientando

e atuando ativamente na construção efetiva de novas perspectivas da diversidade além da inclusão das potencialidades individuais, culminando na efetivação dos direitos comuns a todos os cidadãos inseridos na comunidade. Destaca-se que para se realizar um trabalho com grupos, é necessária, antes de tudo, uma organização prévia do próprio grupo para que posteriormente o mesmo possa alcançar um objetivo estabelecido.

De forma geral a realização do estágio no campo de observação permitiu uma aproximação enriquecedora para a formação como Profissional em Psicologia, com a realidade vivida pelos usuários do CRAS. Assim como um maior entendimento sobre os desafios enfrentados pela equipe de referência da assistência social nesse contexto. Que tem talvez como um dos maiores impedimentos na realização de seu trabalho lidar com a escassez de recursos no atendimento à população.

Conclusivamente pode-se perceber que o trabalho de um psicólogo no CRAS também é um trabalho educativo que demanda conhecimentos e percepções adquiridos durante a sua formação e que devem ser articulados aos planos de trabalho a fim de desenvolver intervenções voltadas para o atendimento psicossocial. Assim, o psicólogo social na prática pode e deve se valer de diversas estratégias de trabalho, priorizando o atendimento em grupo e reconhecendo e valorizando a individualidade de cada sujeito ali inserido. E também buscar nos manuais técnicos e na legislação vigente uma articulação na elaboração de projetos que visem fortalecer a autonomia dos sujeitos e as relações grupais e comunitárias em prol do fortalecimento da cidadania desses sujeitos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte : Edições do Campo Social, 2000.

AFONSO, M. L. M.; VIEIRA-SILVA, M. e ABADÉ, F. L.; O processo grupal e a educação de jovens e adultos. **Psicologia em Estudo**, 14(4), 707-715. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento. Integral à Família**. Orientações Técnicas sobre o PAIF. v. 2. PAIF. Brasília. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** Do SUAS NOB-RH/SUAS. Brasília: MDS, Reimpressão 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Guia de orientação técnica – CRAS/SUAS : proteção social básica de assistência social**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS, 2004.

BRIGAGÃO, J.; NASCIMENTO, V. L.; SPINK, P. K. ; As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 37, n. 1, p.199-215, jun. 2011

CREPOP - CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS; **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília : Conselho Federal de Psicologia, 2007.

KASTRUP, V.; **Fazendo Psicologia no campo da saúde mental: as oficinas de tecnologia e tecnologias sociais**. In: PALOMBI, Analice Lima; MARASCHIN, Cleci; MOSCHEN, Simone (Orgs.). *Tecnologias em rede: oficinas de fazer saúde mental*. Porto Alegre: Sulina, 2012. p.173-178..

LÉVY, A.; **A mudança: esse obscuro objeto de desejo**. 2001. In Machado, M. N. da M.; Castro, E. de M.; Araújo, J. N. G. de & Roedel, S. (Orgs.). *Psicossociologia - Análise Social e Intervenção* (pp. 121–131). Belo Horizonte: Autêntica.

MACHADO, M. N. M.; **Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica**. Pesquisas. 2004.

MARASCHIN, C.; Pesquisar e intervir. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.1, p.98-107, No. Especial 2004.

MELMAN, J. **Família e Doença Mental: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares**. São Paulo: Escrituras, 2002.

MINAYO, M. C. S.. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. Tradução Marco Aurélio Fernandes Velloso e Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

RODRIGUES, A. F.; **Como elaborar artigos**. São Paulo: Humanitas, 2011.

SPOSATI, A. O.; Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC**. n. 10, jul./dez. 2006.

ISSN -21787301



ZANELLA, A. V.; Reflexões sobre o pesquisar em Psicologia como processo de criação ético, estético e político. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 26, n. 4, p.679-687, out. 2008.